



Enero 2019 - ISSN: 1989-4155

## EDUCAÇÃO, TRABALHO E HISTÓRIA: OS TRABALHADORES NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)

Erick Martignago Dagostin<sup>1</sup>  
João Henrique Zanelatto<sup>2</sup>  
Rayane Layra de Souza<sup>3</sup>

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Erick Martignago Dagostin, João Henrique Zanelatto y Rayane Layra de Souza (2019): "Educação, trabalho e história: os trabalhadores nos livros didáticos de história na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)", Revista Atlante: Cuadernos de Educación y Desarrollo (enero 2019). En línea:

<https://www.eumed.net/rev/atlante/2019/01/educacao-trabalho-historia.html>

**Resumo:** Durante a vigência da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), observamos a destituição de direções sindicais com a substituição por sindicalistas afinados com os interesses do empresariado. A classe trabalhadora protagoniza as greves de Osasco e Contagem em 1968, porém a imediata ação do estado ditatorial para reprimir os grevistas, somado a publicação do Ato Institucional nº 5 naquele ano, solidificaram o autoritarismo sob a sociedade. Com os espaços de discussão política cerceados, as comunidades eclesiais de base ligadas à Igreja, os movimentos de educação popular e os clubes de mães; movimentos com tendência a auto organização tornam-se a referência para classe trabalhadora nas periferias que passa inicialmente a visualizar os problemas do seu bairro; tal reflexão propicia a reorganização dos movimentos sociais de novo tipo, ao lado da classe operária novamente aparecendo no cenário nacional, a partir das greves do ABC Paulista em 1978. Fundamentando na história do trabalho, e usando como fonte de pesquisa quatro livros didáticos do 9º ano do ensino fundamental, usados no triênio 2017-18-19 nas escolas públicas municipais e estaduais brasileiras, o escrito busca analisar como a classe trabalhadora é apresentada nesses livros, de modo a perceber algumas nuances de como esse tema é tratado nas escolas.

**Palavras-chave:** Educação, trabalhadores, ditadura civil-militar; livro didático.

## EDUCACIÓN, TRABAJO E HISTORIA: LOS TRABAJADORES EN LOS LIBROS DIDÁCTICOS DE HISTORIA EN LA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEÑA (1964-1985)

**Resumen:** Durante la vigencia de la dictadura civil-militar en Brasil (1964-1985), observamos la destitución de direcciones sindicales con la sustitución por sindicalistas afines con los intereses del empresariado. La clase trabajadora protagoniza las huelgas de Osasco y Contagem en 1968, pero la inmediata acción del estado dictatorial para reprimir a los huelguistas, sumado a la publicación del

<sup>1</sup> Graduando em História pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) com estudos sobre o ensino de história na ditadura civil-militar brasileira.

<sup>2</sup> Pós-Doutor e Doutor em História, professor do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Membro do Grupo de Pesquisa História Econômica e Social de Santa Catarina.

<sup>3</sup> Graduada em História pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) com estudos sobre o ensino de história em período autoritários no Brasil.

Acta Institucional nº 5 en aquel año, solidificaron el autoritarismo bajo la sociedad. Con los espacios de discusión política cercenados, las comunidades eclesiales de base ligadas a la Iglesia, los movimientos de educación popular y los clubes de madres; los movimientos con tendencia a la autoorganización se convierten en la referencia para la clase trabajadora en las periferias que pasa inicialmente a visualizar los problemas de su barrio; y en el sentido de que, en el contexto de la clase obrera, apareció en la escena nacional, a partir de las huelgas del ABC Paulista en 1978. Fundamentando en la historia del trabajo, y utilizando como fuente de investigación cuatro libros didácticos del 9º, el año de la enseñanza fundamental, usados en el trienio 2017-18-19 en las escuelas públicas municipales y estatales brasileñas, el escrito busca analizar cómo la clase trabajadora es presentada en esos libros, para percibir algunos matices de cómo ese tema es tratado en las escuelas.

**Palabras clave:** Educación, trabajadores, dictadura civil-militar; libro didáctico.

## **Introdução**

A ditadura civil-militar no Brasil, do ponto de vista dos mundos do trabalho, é vista como um período de imobilização dos trabalhadores, com as organizações sindicais sofrendo intervenção do regime, que buscou colocar os sindicatos sob tutela do Ministério do Trabalho e escolheu lideranças sindicais subordinadas a ditadura, visando a desmobilização da luta dos trabalhadores.

A partir desse esvaziamento das organizações operárias e dos movimentos sociais, surgem no decorrer da década de 1970 organizações populares de novo tipo, como as comunidades eclesiais de base fundamentadas na Teologia da Libertação, os grupos de educação popular, de saúde pública, clubes de mãe, que articulam a sociedade brasileira em torno do tema da democracia e o fim da ditadura. Nesse contexto, o chamado Novo Sindicalismo aparece no cenário nacional e, por meio das lutas e das greves fora da estrutura sindical oficial, conseguem a visibilidade e o apoio da sociedade engajada no período da abertura controlada pelo regime.

Usando como fonte quatro livros didáticos, trabalhamos com os mesmos a partir do lugar desse material didático na indústria cultural, das políticas de Estado na elaboração dos conteúdos históricos e na distribuição dos livros, que são entregues a cada aluno. Tal cenário é atrativo para as editoras, constituindo um mercado editorial muito rico. As disputas econômicas, portanto, são constantes em cada triênio em que os livros são escolhidos pelos professores.

O presente artigo busca visualizar a classe trabalhadora e suas movimentações durante o período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) nos atuais livros didáticos de História do 9º ano do ensino fundamental, trazendo uma narrativa acerca das políticas do regime golpista contra a organização dos trabalhadores, a exploração do trabalho por meio do arrocho salarial em detrimento do estabelecimento das multinacionais no país, além de abordarmos a emergência das greves que se somavam naquele contexto as mobilizações na sociedade organizada que pediam a volta da democracia. Em seguida traremos as narrativas dos livros didáticos usados na pesquisa, salientando os aspectos que aparecem nas abordagens referentes aos mundos do trabalho no período do regime militar.

Para pensar os mundos do trabalho nesse contexto de repressão e autoritarismo, foi utilizado como aporte teórico Eder Sader (1988). Esse pensou os movimentos sociais e as experiência dos trabalhadores em São Paulo no período da ditadura civil-militar, bem como a emergência das organizações de bairro em torno das comunidades eclesiais de base, dos clubes de

mães, enquanto sujeitos coletivos que, por meio da sua vivência cotidiana dos problemas do bairro, se viam confrontados com o poder público, num exercício que ganharia visibilidade no Movimento do Custo de Vida, influenciando a mobilização dos trabalhadores nas greves a partir de 1978 e no que ficou conhecido como Novo Sindicalismo.

Utilizamos a noção de sindicalismo de estado de Armando Boito Júnior (1991), que explicita a tutela do Estado sobre as organizações sindicais no Brasil, desde a deliberação e escolha de qual sindicato representará determinado segmento de trabalhadores até a intervenção na destituição de diretorias eleitas, representando um entrave na organização dos trabalhadores no contexto das greves no final da década de 1970.

Nossa análise dos quatro livros didáticos foi construída a partir do referencial teórico de Circe Maria Fernandes Bittencourt (2008); que vê o livro didático enquanto mercadoria sob o capitalismo e produto da indústria cultural, por isso atendendo a interesses específicos, que vão desde o poder estatal que impõe as normas e os sistemas de avaliação na produção dos livros, bem como às editoras responsáveis pela elaboração do material, interessadas em criar "mecanismos de sedução" afim de terem seus livros escolhidos pelos professores e professoras no início do ano letivo, sendo uma vendagem alta o interesse primordial das mesmas. O processo de fabricação e publicação dos livros envolvem ainda diversos agentes diferentes na elaboração do material pedagógico (não sendo os autores e autoras dos textos os responsáveis pelas atividades, geralmente), das imagens, revisores textuais e gráficos. A elaboração do livro a ser usado pelos professores e professoras nas escolas brasileiras é resultado, portanto do trabalho de muitas mãos que interferem no seu resultado final, no conteúdo a ser ministrado pelos e pelas profissionais de História e no seu material pedagógico.

### **Os trabalhadores ante a ditadura civil-militar**

Ao estudarmos a trajetória dos trabalhadores no período da ditadura civil-militar brasileira, observamos que uma das primeiras ações do regime golpista a perseguição aos sindicatos, a destituição de diretorias eleitas e a cassação de lideranças sindicais.

Após o golpe e nos primeiros anos do general Humberto de Alencar Castelo Branco eleito presidente da República de maneira indireta, o regime buscou neutralizar o sociedade organizada, despolitizando os setores populares e movimentos sociais. Buscou criar um ambiente institucional que possibilitasse a superacumulação de lucros para o capital, imobilizando a classe trabalhadora com a Lei de Greve promulgada logo em junho de 1964. O direito de greve foi limitando a questões salariais e somente após o sindicato oficial realizar uma assembleia geral e esgotando todas as possibilidades de conciliação. As ocupações dos locais de trabalho pelos trabalhadores grevistas estavam proibidas, assim como greves de "ordem ideológica". No lugar das diretorias sindicais legítimas, a ditadura colocou seus interventores que eram seus dependentes diretos. O ímpeto do golpe em silenciar as lideranças operárias e reprimir a classe trabalhadora é exemplificado pelos números de Maria Hermínia Tavares de Almeida: de 1964 a 1978 foram praticadas pela

ditadura 536 intervenções em entidades sindicais, com 432 (80, 6%) somente nos anos de 1964 e 1965 (ALMEIDA, 1983).

Nos anos seguintes, a ditadura atrelada ao grande capital no Brasil buscou perseguir e deslegitimar as lideranças sindicais combativas, bem como direcionou os sindicatos na desmobilização das lutas reivindicativas da classe trabalhadora, limitando os mesmos a funções meramente assistencialistas na relação com o trabalhador sindicalizado.

Desde o golpe em 1964 e no contexto da abertura política em 1974, as greves e as lutas dos trabalhadores foram reprimidas a partir da estrutura do sindicato oficial. De acordo com Boito Jr. (1991), a unicidade sindical, isto é, a determinação em lei por parte do Estado sobre qual sindicato representará um segmento específico de trabalhadores, constitui na subordinação direta do sindicato a algum setor estatal; seja ele o Ministério do Trabalho ou o Judiciário e de suas decisões ministeriais e judiciais, fundamentando também o poder do estado de destituir uma diretoria sindical eleita. Dessa maneira, o governo golpista buscou orquestrar os sindicatos na colaboração com o Estado e os empresários, limitando a atividade sindical a funções assistencialistas e cerceando qualquer oposição sindical por meio de fraudes nas eleições para as diretorias e da violência direta nas intervenções.

Tais recursos foram usados pelos governos ditatoriais no Brasil entre 1964 e 1985 aliados a uma política econômica de arrocho salarial, com uma perda real de 25% do salário mínimo entre 1964 e 1966 (NAPOLITANO, 2014).

No contexto das lutas de 1968 no mundo e no Brasil, a classe trabalhadora já sentia o peso da perda de seus salários, protagonizando greves no distrito industrial de Contagem e em Osasco. Com as mais expressivas lideranças sindicais perseguidas nos anos seguintes ao golpe, surgiram novos líderes operários mais jovens e radicalizados. Contagem, na periferia de Belo Horizonte, foi palco da greve de 15 mil metalúrgicos. Em Osasco, 6 mil trabalhadores pararam em seis metalúrgicas e ocuparam a fábrica da Cobrasma, sofrendo a intervenção no sindicato e a repressão por parte do Exército na desocupação. Tal emergência de setores populares foi preponderante na publicação do Ato Institucional nº 5, em dezembro daquele ano.

A ditadura abriu portas para a afirmação do grande capital no Brasil, com um modelo econômico baseado na expansão das indústrias de bens de consumo durável, como automóveis e eletrodomésticos, etc, para um público das classes altas e médias, com as multinacionais atuando em parceria com a burguesia brasileira e o Estado, o que garantiu altas taxas de lucro à acumulação privada; através também dos subsídios às indústrias, da política de arrocho salarial e das condições de trabalho opressivas. O campo forneceu a reserva de mão de obra que trabalharia nas indústrias através das contínuas migrações, levando as cidades a concentrar 60% da população brasileira na década de 70.

Nesse arranjo econômico, o operariado urbano se constrói enquanto uma massa assalariada e extremamente explorada, com baixos salários e com mais exigências de formação. Um proletariado constituído a partir das grandes empresas multinacionais que se estabeleceram no Brasil com muito mais poder econômico do que na década de 1960, além das empresas estatais, com os trabalhadores das refinarias etc. (WELMOWICKI, 2004).

A carência de espaços públicos para a expressão popular e política, com a censura por parte da ditadura aos movimentos sociais, culturais e aos interesses brotados da sociedade, fundamentada no AI-5, persegue principalmente os grupos revolucionários da esquerda armada que, desarticulados e reprimidos, fazem sua autocrítica na direção de um contato com as massas perante a atuação em grupos de educação e alfabetização popular, oposições sindicais, grupos de fábrica, movimentos da saúde pública; influenciando a formação de movimentos sociais com tendência à auto-organização, a partir das associações de vizinhos, dos clubes de mães, das comunidades eclesiais de base. A classe trabalhadora em torno das comunidades católicas sob o pensamento da Teologia da Libertação passa a enxergar os problemas de seu bairro e vê possíveis soluções, assim como os entraves existentes ao seu objetivo por parte do poder público.

A ditadura, preocupada em perseguir guerrilheiros, não deu importância aos movimentos que se formavam nos bairros. Nesse exercício de organização, os espaços anteriores de discussão política, esvaziados pela repressão, se reestabelecem na sociedade sob uma nova forma. O Movimento Custo de Vida, fruto das organizações de bairro da cidade de São Paulo, aparece como um ator expressivo no cenário nacional de abertura política promovida e controlada pelo regime, sendo a questão do custo de vida uma preocupação comum nos debates promovidos nessas organizações populares sobre as questões do cotidiano, constituindo segundo Marcos Napolitano (2014), uma das pontas dos movimentos sociais emergidos na década de 70. A outra ponta era a luta por melhores salários e condições de trabalho. A partir desse arranjo, o movimento operário brasileiro volta a se mover e a se posicionar ante à condução da sociedade pela ditadura.

A política de salários fruto do “milagre econômico” da ditadura civil-militar, levaram a desvalorização crescente do salário mínimo dos trabalhadores brasileiros; sendo um dos pontos que culminaram na greve dos trabalhadores da Scania de São Bernardo do Campo em 12 de maio de 1978, transformando-se numa greve massiva dos trabalhadores das montadoras multinacionais do ABC Paulista a partir das adesões de operários por empresa em São Bernardo e Santo André. Poucos meses depois, categorias não-operárias, como educação e saúde em todo país, constituíram uma onda de greves generalizada por empresa.

A ditadura no mesmo ano reformaria a Lei de Segurança Nacional, afim de reprimir a movimentação dos trabalhadores, até porque a greve sem piquetes dificultava a repressão imediata policial. O Tribunal Regional do Trabalho declarou a ilegalidade da greve, com a mesma sendo aderida por 40 mil trabalhadores do ABC no dia seguinte. A organização dessas greves a partir das bases, foi caracterizada pelas votações e deliberações que passavam pelo crivo de assembleias massivas de trabalhadores das categorias. Paralelamente, os discursos das lideranças sindicais emergentes traziam também o tema da democracia, somando-se então a contestação que tomava conta da sociedade civil, no contexto da abertura para a democracia controlada pelo regime.

Até o final de 1978 as greves foram organizadas pelos trabalhadores nos seus locais de trabalho e fora do sindicato oficial, não aderindo ao calendário de datas base. As greves simultâneas na cidade de São Paulo e no ABC fizeram parte de uma fase de vitórias para os trabalhadores ao conseguir significativos ajustes salariais e ao mesmo tempo tornando irreversível a crise do regime militar (BOITO JR. 1991). A partir do final daquele ano, a luta grevista passa a entrar, mesmo com

resistências, no sindicato de Estado; resultando na moderação das lutas grevistas por parte das lideranças pelegas, que reconhecidas pelo regime e agora intimidadas pela possibilidade constante de intervenção na direção dos sindicatos, puderam assim desmobilizar os movimentos grevistas, boicotando assim a luta dos trabalhadores.

Posto isso levantamos a seguinte questão: como as lutas e resistências, as tensões e conflitos experimentados pelos trabalhadores durante a ditadura civil-militar foram/são apresentados nos livros de história do Ensino Fundamental?

## **História.doc**

O livro da Editora Saraiva, destinado ao 9º ano do ensino fundamental traz uma capa colorida, com uma gravura de Nelson Mandela e de um músico. Escrito por Ronaldo Vainfas, Jorge Ferreira, Sheila de Castro Faria (professores e professora no Departamento de História da Universidade Federal Fluminense) e Daniela Buono Calainho (professora no Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro), o livro sofre também a intervenção técnico-pedagógica de revisores, coordenadores e pesquisadores iconográficos, além de interventores editoriais de diversas categorias.

Os capítulos (com uma média de 15-20 páginas) iniciam com uma breve introdução de alguns parágrafos e uma imagem, seja foto da época trabalhada ou uma gravura, acompanhada de uma pergunta/reflexão. No capítulo 15, “A ditadura militar no Brasil”, apresenta uma foto das comemorações oficiais de 7 de setembro em Brasília no primeiro ano do golpe, 1964. Nela aparecem também os generais Mourão Filho, Castelo Branco e Costa e Silva, além de Carlos Lacerda. A pergunta/reflexão indaga os alunos e alunas “o que fizeram as pessoas representadas na fotografia para pôr fim ao regime democrático no Brasil.”

Dividido em 5 unidades (respectivamente: “Guerra e revolução no início do século XX; “Crises e guerras”; “Nos tempos da Guerra Fria”; “América Latina e Brasil: democracia, ditadura e revolução”; “Passagem de século: crises e mudanças globais”), elas tem uma média de 4 capítulos cada; ao início as unidades trazem também uma breve introdução e imagens, além dos conteúdos que serão abordados nos seus capítulos. Dentro delas, alguns capítulos nos permitem acompanhar a trajetória de uma pessoa. No capítulo sobre a ditadura civil-militar, apresenta a trajetória de Zuzu Angel, introduzida no início do capítulo e no decorrer do mesmo, possibilitando aos alunos e alunas tomarem conhecimento da busca de Zuzu pelo paradeiro de seu filho, integrante do grupo armado MR-8 e morto pelos militares. Observamos aqui um aprofundamento e uma aproximação muito didáticos, que exemplifica os métodos de repressão e tortura praticados pelo regime militar, permitindo ao/a aluno/a um contato específico com o conteúdo, assim como acompanhamos a trajetória da militante anarquista e feminista Maria Lacerda de Moura no capítulo 3, “A Primeira República brasileira”.

Ao longo dos capítulos apresentam glossários nos cantos de página, além das seções “Fique de olho”, com sugestões de sites, filmes e livros para aprofundamento do conteúdo, além da seção “Outras histórias” que aparece mais de uma vez no mesmo capítulo, com algumas informações

adicionais acerca da época trabalhada no texto. No capítulo acerca da ditadura civil-militar brasileira, encontram-se duas seções desse tipo; a primeira com o tema “Artes”, falando dos movimentos musicais entre o golpe de abril de 1964 até a imposição do Ato Institucional nº 5 quatro anos depois, sugerindo uma análise da canção “Apesar de você” de Chico Buarque; a segunda com “Episódios”, falando e problematizando acerca do Atentado no Rio-Centro em 1981.

Outro recurso do livro são as seções “A História não está sozinha”, que traz aos capítulos a visão interdisciplinar sobre os temas. No capítulo 15 estabelece um diálogo com a disciplina de Matemática, ao apresentar uma didática tabela da evolução econômica brasileira entre 1961-78, permitindo ao aluno e a aluna, por exemplo, questionar a ideia do Milagre Econômico militar, com uma comparação acerca do PIB, inflação e dívida externa nesse recorte de tempo.

O livro didático também traz na maioria dos capítulos a sessão “Documento”, como por exemplo, a Carta Testamento de Getúlio Vargas, com uma atividade correspondente que leva o/a aluno/a a refletir sobre as denúncias que Getúlio faz “a grupos nacionais e estrangeiros contra o desenvolvimento do país”. É sugerido também que os alunos e alunas identifiquem os argumentos em defesa da reforma agrária no discurso de João Goulart no Comício da Central do Brasil nas vésperas do golpe de 1964.

As atividades do livro, assim como seu texto corrido, levam os alunos e alunas a reflexão do tema trabalhado. Com o auxílio do professor/professora, os alunos/as podem debater acerca da anistia de 1979, até hoje questionada pelos movimentos democráticos e populares. Outra atividade no final do capítulo sobre a ditadura civil-militar no Brasil pergunta ao aluno/a o motivo de jovens aderirem à luta armada contra o regime. O livro didático propõe atividades que podem provocar o debate, e não somente a memorização de eventos e datas. O livro exemplifica também a propaganda política e slogans do regime ufanista, como “Brasil: ame-o ou deixe-o”, incentivando o aluno/a a tecer uma análise crítica acerca da ideologia dos militares no poder. O uso de imagens e fotos pode ser portanto, muito bem usada pelo profissional de História, situando-as junto com os alunos e alunas no contexto trabalhado, permitindo ligar eventos passados com questões atuais.

Nesse livro observamos uma História majoritariamente política, com tendência ao ecletismo. Vemos capítulos dedicados grande parte à ação dos Estados e suas consequências diretas, ligando com aspectos econômicos, como a crise do petróleo em 1973 estar relacionada à crise econômica brasileira no governo do general Ernesto Geisel. A narrativa, porém, é acrescentada a elementos culturais, como a música, cartazes, imagens e documentos que permitem aos alunos e alunas pensar o imaginário social do período estudado, auxiliado/a também pelas atividades. Temos um texto simples, mas acrescido de muitos elementos que permitem o aprofundamento em uma parte específica do assunto dialogado. Não quer passar uma verdade, antes traz elementos que permitem o debate e exemplificam e ilustram os conceitos apresentados.

Apesar da boa abordagem nos outros temas históricos, não apresenta os trabalhadores aos alunos e alunas do 9º ano no período da ditadura civil-militar; simplesmente cita as greves da região metropolitana de São Paulo, ao lado da volta dos estudantes às ruas em 1977 e das donas de casa que protestaram contra a alta de preços, colocando o crescimento do MDB nas eleições e a revogação do Ato Institucional nº 5 por Geisel como pano de fundo para as Diretas Já. Ao fazer essa

abordagem no texto, a expressão dos movimentos sociais formados a partir das comunidades de bairro no contexto das mobilizações civis contra o regime militar é ignorada.

## **Historiar : 9**

O livro também da Editora Saraiva, foi elaborado por Gilberto Cotrim, mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Mackenzie, além de professor de História na rede particular de ensino; e por Jaime Rodrigues, ex professor de História das redes pública e particular e doutor em História Social do Trabalho pela Unicamp.

Assim como o livro anterior editado pela Saraiva, esse volume traz boa parte da mesma equipe de interventores editoriais, ao mesmo tempo que temos um conteúdo geral significativamente diferente.

Com 5 unidades (“Guerras e Revoluções”; “Brasil: Primeira República e Era Vargas”; “Pós-guerra e conflitos”; “Brasil: da democracia à ditadura” e “A era da globalização”, respectivamente), não mescla a História Geral com a do Brasil, com unidades específicas para a História da Europa e para a brasileira. Os capítulos com 12 a 14 páginas em média, iniciam com uma foto ou pintura e uma respectiva reflexão bastante simples. No capítulo 13 “Ditadura Militar” da unidade 4 “Brasil: da democracia à ditadura”, temos uma foto de 1964 de um tanque do Exército no Rio de Janeiro, além de uma gravura de Ziraldo alusiva à propaganda do regime “Brasil: ame-o ou deixe-o!”, e uma pergunta referente à diferença entre democracia e ditadura. Entretanto o texto carece de informações/subsídios que contribuam para despertar a reflexão nos alunos e alunas.

O livro apresenta páginas quase inteiras com o texto em fonte excessivamente grande, com perguntas que levam o aluno/a a dar sua opinião sobre a censura à liberdade de expressão, por exemplo, além de usar documentos como pinturas e músicas, afim de que o aluno/a aplique os conteúdos que o capítulo apresenta. No que tange as atividades, observamos que a maioria não aposta no aprofundamento da reflexão por parte da pessoa que a está desenvolvendo, aliado de um texto bastante descritivo que não o relaciona com outros capítulos do livro ou com contextos históricos anteriores. A memorização muitas vezes é incentivada, com textos curtos que mais buscam resumir o recorte histórico. As sugestões de filmes, sites e livros ficam ao fim dos capítulos, sucedendo as atividades, não oferecendo muito suporte ao texto.

O volume dedica apenas um parágrafo às greves do ABC e a liderança de Luís Inácio Lula da Silva, que viria a ser presidente do Brasil. Traz a anistia e o fim do bipartidarismo em 1979, além das eleições diretas para governadores dos estados em 1982 como propulsoras da redemocratização no Brasil, atribuindo demasiado papel ao Estado nesse processo, relegando ao segundo plano a luta dos trabalhadores e dos movimentos sociais. Destarte inferimos que apresenta uma tendência ao ecletismo, mas com ênfase em uma história política que por vezes se aproxima da escola metódica<sup>4</sup>, pois evidencia o papel do estado. No que tange as atividades, apresenta apenas

---

<sup>4</sup> Sobre a Escola Metódica ver: REIS, José Carlos. **A história, entre a filosofia e a ciência**. 4ª ed. Belo horizonte, 2011.



duas ao fim do capítulo sobre a ditadura civil-militar brasileira, sendo sugerido ao professor a exibição de um filme, com a maioria das atividades se concentrando em torno da temática do filme sugerido.

### **Vontade de saber História, 9º ano**

O livro da Editora FTD, escrito por Marco César Pellegrini e Adriana Machado Dias, ambos graduados em História pela Universidade Estadual de Londrina, e Keila Grinberg, graduada em História pela Universidade Federal Fluminense. O livro didático recebe a intervenção de coordenadores de produção, revisores, responsáveis pela iconografia, editores de imagens, ilustradores, diagramadores, etc.

Dedica seu primeiro capítulo à historiografia e a definir conceitos históricos, como uma introdução aos conteúdos, apresenta noções como sujeito histórico, tempo histórico, fontes, política e cultura são apresentados de maneira didática, oferecendo ao professor/a um suporte afim de enriquecer o conhecimento oferecido aos seus alunos e alunas. Entrando mais especificamente na escrita da História, o livro também traz quadros com as principais escolas historiográficas, sugerindo até uma atividade para a sala de aula.

Divido em 12 capítulos, com uma média de 15-20 páginas, mescla a História do Brasil com a História Geral. Os capítulos iniciam, assim como os outros livros analisados, com uma imagem, um pequeno texto e uma reflexão. Esse volume apresenta uma foto de repressão policial em 1968 no início do capítulo 11 “A ditadura militar no Brasil”.

Apresenta um texto acrescido de diversas informações ao longo das páginas, como o quadro “O sujeito na história”, indicações de filmes e livros, fotos e capas de jornais com atividades, o quadro “História em construção” que traz temas emergidos à época trabalhada e que reverberam na sociedade até hoje. O quadro “Encontro com...” oferece o auxílio de outras disciplinas, além do “Investigando na prática”, que traz fontes históricas (como as moedas usadas pelo Brasil no Império e na República sob Deodoro da Fonseca e Getúlio Vargas) e sugestões de atividades.

O livro traz três “sujeitos na história” no capítulo 11 - Tarso de Castro, Manoel Fiel Filho e Leonel Brizola, além da “História em construção” trazer ao conhecimento dos alunos o caso de Vladimir Herzog. Ligado a esses personagens, o livro didático deu um especial destaque à censura e às práticas de tortura adotadas pelo regime, buscando uma sensibilização acerca desses meios repressivos utilizados durante a ditadura.

O livro trabalha bem com fontes históricas, como por exemplo, ao comparar duas capas do jornal O estado de São Paulo de 1973, uma censurada pelo regime militar e a outra com a matéria que substituiu o artigo censurado, além de usar na sessão “Investigando na prática” do capítulo 11, charges contra a ditadura e atividades em que o alunos e alunas problematizam diretamente a fonte. A sessão interdisciplinar “Encontro com...” explora “a arte engajada” de resistência ao regime militar, como o Tropicalismo, o cinema e o teatro brasileiros.

A sessão “Enquanto isso...”, ferramenta do livro didático para relacionar eventos no tempo e espaço, aparece duas vezes no capítulo 11, apresentando a Primavera de Praga iniciada em

1968 e um breve resumo sobre as ditaduras da Argentina, Chile e Uruguai, situando-as no contexto da Operação Condor.

Esse volume traz elementos de “consciência e atitude cidadã”, no qual conceitos como meio ambiente, sexualidade e gênero, trabalho e consumo, pluralidade cultural, entre outros, aparecem ao longo da narrativa quando se refere ao consumismo e as políticas racistas, por exemplo. Ao abordar esses temas oferece atividades que envolvam a turma, problematizando-as em sala de aula, proporcionando o debate em prol de uma sociedade mais democrática e justa.

As atividades do livro são básicas e não fogem do padrão “descreva determinado conceito/evento”, como por exemplo “o que eram os soviets?”, porém o texto oferece uma análise histórica sólida, com vários elementos, como descritos acima, que permitem e oferecem ao professor explicar sobre a época trabalhada com uma grande possibilidade de fazer ligações entre conceitos e oferecer uma aula de História múltipla e uma compreensão mais ampla dos temas trabalhados.

Ao final de cada capítulo são oferecidos dois recortes de textos, acadêmicos ou não, além de análise de imagens acerca do conteúdo do capítulo. Os trabalhadores não aparecem na narrativa do capítulo sobre a ditadura civil-militar, com o texto trazendo somente uma imagem de Lula discursando em São Bernardo do Campo. As atividades subsequentes, porém, trazem um texto da Revista de História da Biblioteca Nacional acerca das greves do ABC, destacando seu histórico de reivindicações, o alastramento das paralisações, bem como as intervenções do Tribunal Regional do Trabalho em 1978 e a prisão das lideranças sindicais em 1980, evidenciando a importância das greves do ABC para o contexto de redemocratização no Brasil. Outro texto alude aos 40 anos da publicação do Ato Institucional Nº 5, em 2008, e indaga acerca do desconhecimento da população acerca do AI-5.

A análise de imagens do livro propõe pinturas de Salvador Dalí, um cartaz do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), criado em 1939 por Getúlio Vargas, ou por exemplo, uma manifestação contra o aumento do custo de vida, na Praça da Sé em 1979. As atividades são muito descritivas, porém permitem ao professor e a professora a possibilidade de problematização.

Inferimos que esse livro apresenta uma abordagem que se aproxima do ecletismo, mas com ênfase em uma história política. Mesmo centrando em uma história política, o livro evidencia muitos aspectos culturais de cada época e desta maneira contribuindo na construção de uma aula mais didática. O frequente uso de imagens, dados e textos com sugestão de atividades permitem que a narrativa seja a toda hora alvo de reflexão.

### **Piatã : história : 9º ano**

O livro da Editora Positivo, escrito por Vanise Maria Ribeiro, pós-graduada em História do Brasil e professora das redes pública e privada, e Carla Maria Junho Anastasia, professora do Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Montes Claros traz a interferência de “programas de governo” e “governança editorial”, além de diversas pessoas encarregadas da edição, revisão, supervisão de arte, projeto gráfico e iconográfico.

O livro está dividido em 4 unidades englobando 15 capítulos com 10 a 15 páginas cada, mesclando a História geral do século XX com a do Brasil, respectivamente “Transformações no século XX”; “A crise do liberalismo”; “O mundo pós-Segunda Guerra”; “Tempos difíceis e desafios do novo milênio”.

As unidades são iniciadas com uma imagem, algumas indagações (“Você já ouviu falar no Holocausto?”; “Quem foi Getúlio Vargas?”) além de um breve resumo do conteúdo dos capítulos.

Apesar do texto ocupar a maior parte das páginas, com menos imagens distribuídas do que os outros livros didáticos analisados, ele traz um bom número de informações de canto de página, como os quadros “Zoom”, apresentando um pequeno texto que visa aprofundar o conhecimento acerca de um tema específico da época trabalhada. Traz por exemplo, a nomenclatura “Era da Catástrofe”, que Eric Hobsbawm dá para o século XX, no capítulo 3, “O melhor e o pior do pós-guerra” no capítulo 11 acerca da ditadura civil-militar brasileira, ao trazer a ideia de que “os militares não apresentavam uma linha única de ação” e da existência de vários grupos nas Forças Armadas com “diferentes propostas de condução da sociedade”, aponta para a divisão “grupo da Sorbonne” e “grupo da linha dura”.

A sessão “Ideia vai, ideia vem” traz um recorte de um texto ou um pequeno resumo de um tema afim de que o aluno e aluna respondam algumas questões; como um pequeno texto sobre Karl Marx no capítulo 1, “Guerra e revoluções na Europa”, sugerindo ao professor de História a discussão do conceito de revolução e mudança social com os alunos. A mesma sessão é apresentada ao início do capítulo 11, “Ditadura militar no Brasil”, com uma foto de tropas militares em frente do Congresso Nacional em 31 de março de 1964, buscando questionar os alunos acerca dos seus conhecimentos sobre regimes ditatoriais e liberdade de expressão.

Os quadros “Leitura em dia” apresentam recortes de jornais, de produções acadêmicas, sites e livros como “Batismo de Sangue” de Frei Betto, em uma atividade alusiva à tortura no período da ditadura civil-militar no Brasil; sugere também a leitura da carta de renúncia de Jânio Quadros, além de trechos dos diários de Getúlio Vargas entre 1935 e 37, propondo atividades que levam o aluno e aluna a refletir a relação de Getúlio com a Aliança Libertadora e com os integralistas.

Ao final de cada capítulo, além da “Estante Cultural” trazendo indicações de livros, sites, filmes e documentários acerca do tema estudado, tem-se também o quadro “Pense, pesquise e responda”: textos com respectivas questões que levam o aluno e aluna à reflexão, como um recorte de reportagem da Folha de São Paulo de 1978 tratando do caso da morte do jornalista Vladimir Herzog.

Dividindo o período da ditadura civil-militar em dois capítulos, traz no primeiro deles uma sessão sobre a economia brasileira, enfatizando em um parágrafo a política de arrocho salarial característica do “milagre econômico” brasileiro, e a “contenção forçada e repressora” dos movimentos dos trabalhadores, assim como a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em 1966, recurso que financiava a construção civil no Brasil e possibilitava uma maior exploração da classe trabalhadora por parte do empresariado, facilitando a demissão de trabalhadores e a contratação de outra mão de obra que recebesse menores salários.

Enquanto esse capítulo apresenta o golpe de 1964 e a repressão subsequente, a atuação das guerrilhas, a publicação do AI 5 e a consequente censura e violência dos anos de chumbo; o capítulo seguinte trata especificamente do processo de transição controlada pela ditadura, trazendo uma foto de Lula discursando no Estádio da Vila Euclides (definitivamente a imagem característica quando pensamos a temática dos trabalhadores nos livros didáticos atuais sobre o regime militar), e na sua narrativa abordando a crise econômica a partir de 1974, com a inflação, custo de vida alto e desemprego como pano de fundo para o ressurgimento do movimento sindical, “duramente imobilizado desde 1968”. Os trabalhadores são apresentados aqui ao lado do caos econômico no período final do regime militar no Brasil, com o livro ignorando as reivindicações surgidas nas greves operárias por democracia e liberdade de expressão, relegando a luta dos trabalhadores à insatisfação pelas condições de vida no modelo econômico imposto pela ditadura.

Posto isso inferimos que o livro apresenta uma tendência voltada ao ecletismo, mas com preponderância de uma história centrada em aspectos políticos e econômicos. As questões culturais por exemplo aparecem somente em formato de boxes nos quantos das páginas.

Com relação as atividades o livro apresenta as sessões: “Desenvolvendo habilidades” e “Ponto a ponto” são simples, e dividem-se entre atividades que permitem ao aluno e aluna aprofundar o assunto estudado, como uso de músicas e uma atividade correspondente que permite a relação com os temas do capítulo; e outras atividades que, simplificando demais os conceitos, não permitem ao aluno identificar ou relacionar os temas estudados com outro período histórico.

Além, das atividades exposta, pede-se também um fichamento com palavras-chave oferecidas pelo livro, ou mesmo a construção de uma linha do tempo no caderno, no qual é trabalhado somente com datas e eventos-chave. O livro também traz muitos mapas nessas sessões, mas geralmente as atividades que propõe limitam-se a que os alunos apenas identifiquem neles os países trabalhados no capítulo.

O livro traz também alguns gráficos afim de propor atividades relacionadas às questões econômicas, além dos já mencionados mapas. Apresenta ainda muitas imagens de propaganda, porém como os gráficos e os mapas, as atividades correspondentes não levam à reflexão por parte do aluno.

## **Considerações finais**

Como já exposto, o objetivo do escrito foi analisar como os trabalhadores são/foram apresentados nos livros didáticos de história atuais do 9º ano utilizados nas escolas públicas estaduais e municipais brasileiras. Ficou evidenciado que no Brasil existe uma política pública de distribuição de livros didáticos para as escolas e que, portanto, envolve um rico mercado de produção de livros disputado pelas editoras. Essas buscam criar estratégias para que seus livros venham a serem escolhidos pelos professores.

De modo geral os livros didáticos apresentam uma perspectiva teórica que remete ao ecletismo, ou seja, nos livros analisados foi possível observar a presença de uma história política

(com aspectos que vão da escola metódica a renovada história política); uma história econômica e social com presença de várias vertentes da tradição marxista, e uma história cultural.

Os quatro livros trazem versões que reforçam a ideia da “abertura lenta, gradual e segura” e geralmente relegando ao segundo plano ou silenciando a luta dos movimentos sociais e dos trabalhadores contra as imposições do regime golpista.

A imagem de Lula discursando para os metalúrgicos de São Bernardo no fim da década de 1970 ainda é a grande referência desse tema para os elaboradores dos livros didáticos, que como vimos também, falam do papel das mobilizações populares em tornos das Diretas Já, porém não explicitam que a experiência nas comunidades de bairro agiu de maneiras determinantes na formação política da classe trabalhadora brasileira no período da ditadura civil-militar.

## Referências

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. “O Sindicalismo entre a Conservação e a Mudança”, in: **Sociedade e Política no Brasil pós-64**, B. Sorj e Maria Hermínia Tavares de Almeida (orgs.), São Paulo: Brasiliense, 1983.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BOITO JÚNIOR, Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical**. São Paulo: UNICAMP, 1991.

COTRIM, Gilberto. *Historiar* : 9 / Gilberto Cotrim, Jaime Rodrigues. - 2. ed. - São Paulo : Saraiva, 2015.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

PELLEGRINI, Marco César. *Vontade de saber história*, 9º ano / Marco César Pellegrini, Adriana Machado Dias, Keila Grinberg. - 3. ed. - São Paulo : FTD, 2015.

REIS, José Carlos. **A história, entre a filosofia e a ciência**. 4ª ed. Belo horizonte, 2011.

RIBEIRO, Vanise Maria. **Piatã** : história : 9º ano / Vanise Maria Ribeiro, Carla Maria Junho Anastasia. - Curitiba : Positivo, 2015.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da teoria: Ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VAINFAS, Ronaldo. *História.doc*, 9º ano / Ronaldo Vainfas... [et al.]. - 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

WELMOWICKI, José. **Cidadania ou classe? O movimento operário da década de 80**. São Paulo: Editora “Instituto José Luís e Rosa Sundermann”, 2004.